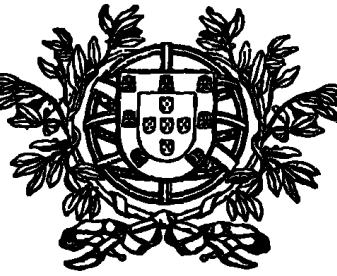


# DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, *franca de porto*, bem como os periódicos que trocam com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano . . . . . 18.000 | Anúncios, por linha . . . . . 60  
Dias por semestre . . . . . 10.000 | Comunicados e correspondências, por linha . . . . . 60  
Número avulso, cada folha de quatro páginas . . . . . 40  
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-seão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva imprensa.

## SUMÁRIO

### MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despachos e declarações acríticas de despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal. Aviso de ter sido retirada de concurso a escola de Sandim.

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Portaria de 23 de Março, determinando várias providências relativamente à extinção de dois ofícios de escrivão nas comarcas de Valença e Carrazeda de Anciães e sobre a numeração dos ofícios que ficam funcionando.

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

Despachos pela Secretaria Geral, sobre movimento de pessoal.

Portarias de 16 de Março, provendo dois lugares de amanuenses vagos na Secretaria Geral do Ministério.

Despachos criando postos de registo civil.

Despachos e rectificações a despachos, sobre movimento de pessoal do registo civil.

Despachos aprovando estatutos de associações culturais.

Despachos e rectificações a despachos sobre constituição de comissões concelhias de administração de bens das igrejas.

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Decretos de 9 de Março, provendo quatro lugares de primeiro praticante e 4 de segundo praticante vagos na Caixa Geral de Depósitos.

Despachos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, sobre movimento de pessoal.

Despachos pela Direcção Geral das Alfândegas, sobre movimento de pessoal.

### MINISTÉRIO DA MARINHA:

Ordem da Armada n.º 23 (série B), referida a 15 de Dezembro de 1911.

Despachos pela Majoria General da Armada, sobre movimento de pessoal.

Portaria de 19 de Março, reconduzindo no respectivo cargo o segundo comandante da Escola de Torpedos e Electricidade, e exonerando o segundo comandante interino.

Portaria de 1 de Março, nomeando o delegado de Portugal na conferência de navegação em S. Petersburgo e congresso de Filadélfia que se hão-de realizar no corrente ano.

### MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Aviso acrítico da adesão do Governo Marroquino à convenção telegráfica internacional e respectivo regulamento.

### MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Leis de 23 de Março:

Mandando que da verba de 100.000\$000 réis, correspondente aos créditos extraordinários abertos a favor do Ministério do Interior, seja destinada a importância de 50.000\$000 réis a grandes reparações das estradas a cargo do Estado.

Autorizando o Governo a pagar as rendas, em dívida, das propriedades em que se acha instalada a Coudeilaria Nacional.

Despachos pela Direcção Geral do Comércio e Indústria, sobre movimento de pessoal.

Portaria de 21 de Março, mandando adoptar as instruções anexas à mesma portaria para as análises sumárias no serviço de fiscalização de géneros alimentícios e produtos agrícolas.

Aviso a vários candidatos a regentes agrícolas para completarem os seus documentos.

Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.

Portaria de 15 de Março, substituindo o presidente da comissão encarregada de dar parecer acrítico dum projecto de reorganização da Direcção Geral da Agricultura, e nomeando mais um vogal para a referida comissão.

### MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS:

Portaria de 21 de Março, mandando que a convenção rádio-telegráfica e respectivo regulamento tenham execução nas colónias portuguesas tanto no que respeita ao serviço internacional como na parte aplicável ao serviço interior.

Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.

Aviso a um terceiro oficial da Direcção Geral de Fazenda das Colónias para comparecer na referida Direcção Geral no prazo de dez dias, sob pena de demissão.

### TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal de Justiça, tabela dos feitos que hão-de ser julgados na sessão de 29 de Março.

### AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Junta do Crédito Público, anúncio de concurso para compra de cambiais.

Câmara Municipal de Lisboa, edital suscitando a observância das disposições relativas à limpeza dos prédios; aviso para requisição de lugares na Feira de Alcântara.

Casa Pia de Lisboa, aviso acrítico da admissão de alunos.

Caixa Geral de Depósitos, editos para levantamento de espólios.

Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

### SOCIEDADES COOPERATIVAS:

Reforma dos estatutos da Cooperativa de Cascais.

### AVISOS E PUBLICAÇÕES:

### ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS:

### SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 90—Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 21 de Março.

### MINISTÉRIO DO INTERIOR

#### Direcção Geral da Instrução Primária

##### 2.ª Repartição

Para os devidos efeitos se declara que tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado de hoje o despacho ministerial que nomeou professora interior da Escola Normal de Lisboa, Amália Luazes dos Santos Monteiro Leite.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 23 de Março de 1912.—Pelo Director Geral, João Augusto Caldeira Rebolo.

##### 3.ª Repartição

Por despacho de 15 do corrente, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 18 do mesmo mês:

Providos definitivamente os seguintes professores primários:

Ana Maria de Moraes — na escola para o sexo femenino da freguesia de Bornes, concelho de Macedo de Cavaleiros, círculo escolar de Mirandela.

António Alves Lopes Manso — na escola da freguesia de Galveias, concelho de Ponte de Sor.

Transferidos, precedendo concurso, os seguintes professores primários para as escolas abaixo designadas:

Maria Joaquina dos Ramos, da escola para o sexo femenino da freguesia de Rio Torto, concelho de Gouveia — para a de igual sexo da freguesia de Arcosel, concelho e círculo escolar de Gouveia.

Adriano Alves de Almeida, da escola da freguesia de S. Miguel do Mato, concelho de Arouca — para a da freguesia do Canedo, concelho e círculo escolar da Feira.

Por alvará de 13 de Janeiro último, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado de 16 do corrente, foi nomeado professor interino para a escola do lugar da Povoação da Beira, freguesia de S. Jorge, concelho de Velas, círculo escolar de Angra do Heroísmo, José Alves da Silva.

Por haver saído com inexatidão no Diário do Governo n.º 48, de 28 de Fevereiro último, novamente se publica o seguinte despacho:

Por despacho de 10 de Fevereiro último, com o visto de 15 do mesmo mês:

Maria Augusta Cavaleiro, diplomada pela escola da Guarda, com a classificação de 19 valores — provida temporariamente na escola para o sexo femenino da freguesia de Travanca, concelho e círculo escolar da Feira.

Por despacho de 22 do corrente:

Artur Augusto Marques Codeço, professor primário da escola central de S. Pedro do Sul — autorizado a assinar-se Artur Marques Rodrigues Girão.

Ermelinda de Sousa Machado, professora da escola central de Guimarães — licença de noventa dias, por motivo de doença.

Nicolau Rodrigues da Silva, professor primário da escola Conde Ferreira, freguesia e sede do concelho de Ovar, círculo escolar de Oliveira de Azeméis (3.º lugar) — exonerado por falta de posse do referido lugar.

Por despacho de 13 do corrente, com o visto de 18 do mesmo mês:

Anulado o despacho de 1 de Fevereiro último, que colocou em comissão, sem requerer, na escola mixta da freguesia de Burga, concelho de Macedo de Cavaleiros, a professora da escola para o sexo masculino de Vale de Asnes, concelho de Mirandela, Maria Adelaide Braga Condé, e colocada esta professora, a seu pedido, na escola para o sexo femenino da freguesia de Palmela, concelho e círculo escolar de Setúbal, em vista do disposto no artigo 29.º do decreto de 29 de Março de 1911.

Por despacho de 17 de Fevereiro último, com o visto de 21 do corrente mês:

Maria da Anunciada de Carvalho — confirmada a sua nomeação como professora da escola mixta da cidade de Portalegre, criada por decreto de 20 de Abril de 1911, nos termos do artigo 88.º do decreto de 29 de Março de 1911.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 23 de Março de 1912.—Pelo Director Geral, João Augusto Caldeira Rebolo.

Declarava-se, para os devidos efeitos, que é retirada do concurso a escola de Sendim, concelho de Felgueiras, anunciada no Diário do Governo n.º 61, do 14 do corrente, por se não achar vaga, visto que o professor que dela havia sido transferido para a escola de Sarzedo desistiu, em tempo, desta nova nomeação.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 23 de Março de 1912.—Pelo Director Geral, João Augusto Caldeira Rebolo.

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

#### Direcção Geral de Justiça

##### 1.ª Repartição

Tendo o decreto de 3 de Outubro de 1902 fixado em três o número dos ofícios de escrivão na comarca de Valença, e em dois o dos ofícios de escrivão na comarca de Carrazeda de Anciães;

Determinando o § 2.º do artigo 9.º, do decreto de 29 de Novembro de 1901, que ficavam subsistindo transitóriamente os escrivões que nessa data estivessem em exercício;

E, não havendo preceito nem regulamento expresso sobre a distribuição dos papéis do cartório correspondente a qualquer ofício que ficasse extinto por cessar funções o respectivo serventuário, nem sobre a numeração dos ofícios que ficassem funcionando:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça que, tendo falecido o escrivão do primeiro ofício da comarca de Valença, fique o serventuário do extinto quarto ofício na situação de primeiro, com o cartório que tinha no quarto ofício, devendo os papéis do falecido serventuário do primeiro ofício, relativos à escrivaria, ser distribuídos pelos três cartórios restantes, e dando-se o destino legal aos papéis relativos ao notariado.

E, semelhantemente, o actual escrivão do terceiro ofício da comarca de Cartaxeda de Anciães ocupará com o seu cartório o lugar do primeiro ofício, devendo os papéis do cartório correspondente ao ex-escrivão do mesmo primeiro ofício, António Augusto Pires, ser distribuídos, quanto à escrivaria, pelos dois cartórios restantes; e, quanto à nota, devendo os relativos ao notariado ter o destino que a lei determina.

Paços do Governo da República, em 23 de Março de 1912.—O Ministro da Justiça, António Macieira.

##### Despachos efectuados nas seguintes datas.

##### Março 22

Bacharel Armando Cordeiro Ramos — nomeado ajudante do notário da comarca de Estremoz, António Maria Sequeira de Queiroz.

Bacharel Alberto Elias da Costa — nomeado ajudante do notário da comarca de Lisboa, José Peres do Noronha Galvão.

Alfredo Dias Coelho — nomeado ajudante do escrivão-notário, substituto, da comarca de Pinhel, José Lourenço Coelho.

##### Licenças de que tom de ser pagos os respectivos emolumentos:

##### Março 22

Bacharel José Freire de Carvalho Falcão, juiz de direito da comarca de Monchique — trinta dias, por motivo de doença.

Bacharel José Francisco de Azevedo e Silva, procurador geral da República — trinta dias, por motivo de doença.

##### Licenças de que foram pagos os respectivos emolumentos:

##### Março 15

João António Barreto da Silva Lobato, escrivão da comarca de Ponte de Sor — trinta dias, por motivo de doença.

Manuel Dias de Oliveira, escrivão-notário na comarca de Guimarães — trinta dias, por motivo de doença.

##### Março 19

Abílio Santana, escrivão-notário na comarca de Alenquer — trinta dias.

##### Março 22

Bacharel Francisco de Sales Pinto de Mesquita Carvalho, juiz de direito da comarca de Vila Pouca de Aguiar — autorizado a gozar vinte e dois dias de licença anterior.

Bacharel Joaquim Gonçalves da Costa, juiz de direito da comarca de Mesão Frio — autorizado a gozar cinco dias de licença anterior.

Direcção Geral do Justiça, em 23 de Março de 1912.—O Director Geral, Germano Martins.